

As corporeidades das identidades LGBTQIA+ a partir do território bucal: as prostéticas bocas-*queer*

Luiz Eduardo de Almeida¹ (Orcid: 0000-0002-4980-6422) (luiz.almeida@ufjf.br)

Valéria de Almeida² (Orcid: 0000-0003-4720-0491) (valeriaoliveiraufjf@gmail.com)

Carlos Botazzo³ (Orcid: 0000-0002-8646-1769) (botazzo@usp.br)

Fábio Luiz Mialhe⁴ (Orcid: 0000-0001-6465-0959) (mialhe@unicamp.br)

¹ Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG, Brasil.

² Instituto Ciências da Vida, Universidade Federal de Juiz de Fora. Governador Valadares-MG, Brasil.

³ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, Brasil.

⁴ Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Universidade Estadual de Campinas. Piracicaba-SP, Brasil.

Resumo: O presente estudo, um ensaio teórico, teve como objetivo analisar o papel e o potencial da cavidade bucal junto à pluralidade corpórea das identidades LGBTQIA+. Para tal, guiado por um percurso dialético, dois percursos bucais foram discernidos: um disciplinarizado pelos preceitos de uma hegemonia cristã, machista e cissexista; e o outro sob caráter de superação, questionando a unicidade da cisheteronorma. Por fim, com base nas premissas apresentadas, o território bucal, a partir de então, torna-se um possível caminho para se compreender o percurso histórico-social das identidades LGBTQIA+ – afinal, boca é corpo, e como todas as demais formas da corporeidade, guia-se pelas normatizações socialmente construídas com as quais tecemos nossa existência.

► **Palavras-chave:** Vida. LGBTQIA+. Boca. Construção Social do Gênero.

Recebido em: 18/01/2023 Revisado em: 09/09/2023 Aprovado em: 16/11/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7331202434045pt>

Editora responsável: Rozeli Porto Pareceristas: Douglas Kovaleski e Zeno Carlos Junior

Introdução

Como ponto de partida, torna-se mister compreender a vida com um processo de transformação (Oliva; Fonseca, 2023). Uma dinamicidade pautada na contínua interação entre as demandas dos indivíduos (ator-social) e de suas coletividades (sociedade-Mundo) (Oliva; Fonseca, 2023).

Ademais, enquanto vivos, considerando-se apenas a etariedade, todos transitarão por múltiplas transformações: nascem bebês em direção para infância, adolescência, vida adulta, envelhecem e morrem – é justamente através deste contexto de trânsito que os percursos de vida deveriam ser criticados e refletidos, portanto, compreendidos (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Barbosa, 2010).

Entretanto, mesmo diante de todos os processos transformadores que ocorrem ao longo da vida, em função dos interesses capitalistas de uma contemporânea sociedade hegemonicamente cristã, machista¹ e cissexista² – endossados e reforçados pelas premissas e/ou tabus das principais instituições de poder: a política, a economia, a cultura, a educação, a ciência, a religião e a família –, a cisheteronormatividade³ emerge como um dos principais paradigmas⁴ disciplinarizadores,⁵ produzindo padrões, imposições e, até mesmo, fazendo-se agente de coerção no modo de experienciar a vida (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2021; Foucault, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Barbosa, 2010; Butler, 2002).

E dentre as consequências deste percurso, pautado na compulsória binariedade⁶ (masculino-feminino), salienta-se o consubstanciamento da segregação das ditas “minorias sexuais e de gênero”,⁷ cujas existências remetem a intenso sofrimento, à tristeza crônica reproduzida na depreciação, na abjeção⁸ e, por vezes, na eliminação de suas vidas (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2021; Foucault, 2020; Rosa, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Mbembe, 2018; Bento, 2017).

Aqui as reflexões de Almeida *et al.* (2022), Rosa (2020), Sodré (2005) e Louro (2001) ganham forma e sentido, uma vez que os estudiosos refutam a designação de “minorias sexuais e de gênero”⁹ – aplicada, em interface à cisheteronorma, a corpos descritos como dissidentes¹⁰ ou “desalinhados”¹⁰ ou “não conformes”¹⁰ – em prol de “maiorias silenciadas”. De acordo com os autores, essa nova perspectiva tensiona a contradição entre a questionável limitação numérica com o necessário empoderamento¹¹

de reivindicações no espectro das instituições políticas, vista a “minorização” não estar atrelada ao seu quantitativo, mas ao qualitativo do biopoder¹² de suas existências em cenário social (Almeida *et al.*, 2022; Rosa, 2020; Sodré, 2005; Louro, 2001).

Inferência que se coaduna com o percurso de vida da população LGBTQIA+, já que suas condições de sexo¹³ (endossexo¹⁴ e intersexo¹⁵), de gênero¹⁶ (cisgênero¹⁷ e transgênero¹⁸) e de sexualidade¹⁹ (heterossexual,²⁰ homossexual,²¹ bissexual,²² assexuado²³ e outras²⁴) materializam (“expressão de gênero”²⁵) o expoente máximo das lutas pela conquista da cidadania plena destes indivíduos, que trazem a proeza, até mesmo a metamorfose, de romperem com o limitado e imposto determinismo biológico da relação entre o “ser homem” e o “ser mulher” (Figura 1) (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Butler, 2019a; Butler, 2019b).

Todavia, contar com a mudança espontânea da comunidade e/ou do Estado na forma de se apreciar esses indivíduos seria uma parva expectativa (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Rosa, 2020).

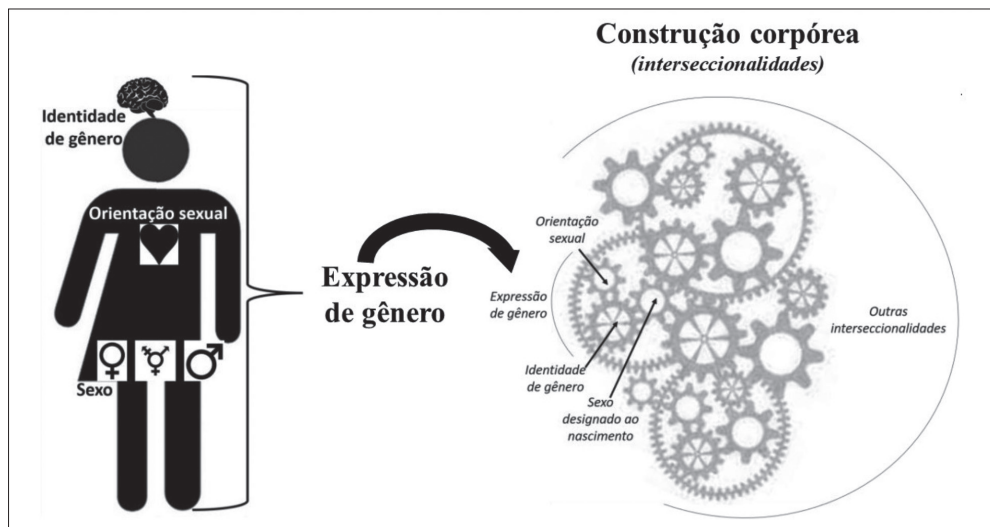
O Brasil exemplifica muito bem esse cenário, visto ser infelizmente reportado, mesmo sem a devida precisão de dados oficiais, como a nação mais “LGBTQIA+fóbica”²⁶ do mundo, onde se estima que um LGBTQIA+ é agredido e morto, nessa ordem, a cada uma e 27 horas (Mendes; Silva, 2020; Pinto *et al.*, 2020). Uma violência que, fortalecida com a interseccionalidade de outros fatores (cor da pele, transgeneridade e/ou questões socioeconômicas e demográficas) – afinal, ninguém é só LGBTQIA+ – coloca esse grupo populacional brasileiro em condição e/ou estado de vulnerabilidade²⁷ (Figura 1) (Mendes; Silva, 2020; Pinto *et al.*, 2020).

E é neste contexto das “dispensáveis” e muitas vezes “matáveis” vidas LGBTQIA+ que diversos estudos vêm despertando sobre a importância de políticas públicas (sejam elas de educação, de saúde, de segurança, de direitos, em suma de cuidado) dialogarem sobre a compreensão e a inserção e/ou pertencimento social (“passabilidade”²⁸) das corporeidades desta população – um movimento dialógico que se faz ativo e crucial na luta contra a “LGBTQIA+fobia”,²⁶ uma vez que o conhecimento é passo fundamental para se combater o preconceito, pois de um lado constrói na vítima os potentes sentimentos de positividade (empoderamento¹¹), do outro desconstrói os frágeis argumentos negativos dos agressores (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Santos *et al.*, 2021; Rosa, 2020; Bezerra *et al.*, 2019; Butler, 2019a; Butler 2019b; Caravaca-Morera; Padilha,

2018; Caravaca-Morera; Padilha, 2017; Bento, 2017; Costa; Nardi, 2015; Vianna, 2015; Ferreira; Aginsky, 2013; Gomes *et al.*, 2013; Butler, 2002).

Por fim, justificado pela importante necessidade de se ofertar novas possibilidades para se adensar sobre o entendimento, a valorização e o pertencimento coletivo do ser pessoa LGBTQIA+, o presente trabalho estruturou o seu objetivo, o de analisar, por meio de um ensaio teórico pautado na perspectiva do materialismo histórico-dialético²⁹, o papel e o potencial da boca (cavidade bucal) junto à corporeidade³⁰ das pluralidades performáticas³¹ (“expressão de gênero”²⁵) deste grupo populacional.

Figura 1. Sexo, gênero, sexualidade, expressão de gênero e interseccionalidades



Fonte: Autores (2023). Adaptado de Killermann (2017).

Corporeidades³⁰ LGBTQIA+: para além da cisheteronormatividade³

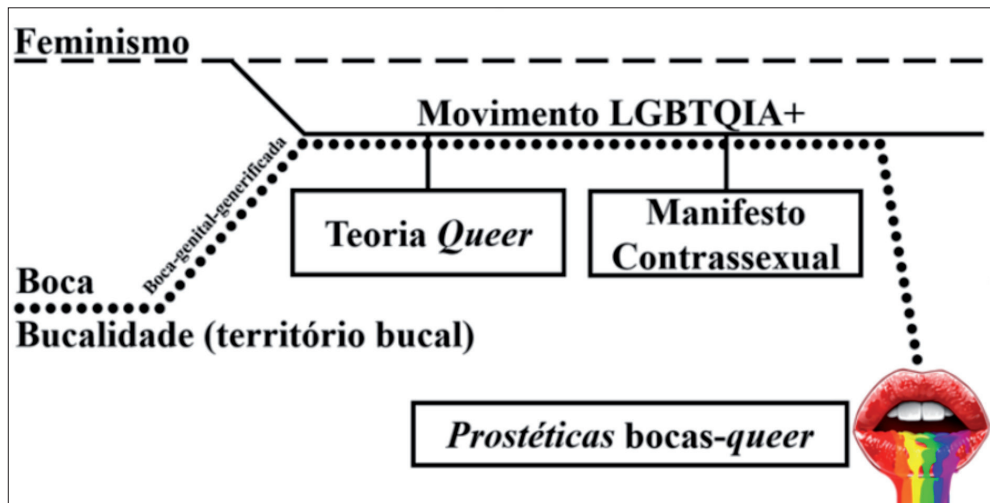
O feminismo, aqui compreendido como um paradigma⁴ de superação ao machismo,¹ ao (cis)sexismo,^{2,32} à misoginia³³ e ao racismo,³⁴ conforme Pacheco e Dias (2023, p. 268):

[...] é um movimento político que busca subverter as relações desiguais de poder historicamente nela constituídas. A luta feminista representa uma contestação ao sistema capitalista brasileiro e ao patriarcado³⁵ e ao racismo estrutural que nele se reproduzem. A discussão de políticas sociais para as mulheres requer considerar a sociedade capitalista e a disputa de projetos societários no Estado.

Assim, o feminismo, inclusive em cenário brasileiro, traz em seu bojo existencial – filosófico, social e político – seu papel como agente questionador e, principalmente, o de rompimento com a hegemonia do biopoder¹² atrelada a corpos masculinos e brancos (Figura 2) (Almeida, 2023; Pacheco; Dias, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Rosa, 2020; Fraccaro, 2018; Mbembe, 2018; Pinto, 2010).

Ademais, alinhado às reflexões de Facchini *et al.* (2020), com o passar do tempo houve “descentramento” do feminismo, que passou a abarcar outras questões, dentre elas o aumento e a ampliação da potencialidade do movimento LGBTQIA+ (Figura 2).

Figura 2. Feminismo, Movimento LGBTQIA+ e Boca (território bucal)



Fonte: Autores (2023).

Entretanto, em um contexto hegemonicamente cisheteronormativo, a subjetivação e as interseccionalidades em torno das corporeidades³⁰ LGBTQIA+ vão de encontro à imposição das identidades fixas – biopsicossocioculturalmente³⁶ legitimadas pelo estabelecimento de fronteiras entre a heterossexualidade legítima (exclusiva de corpos cisgêneros: “nós, a maioria, os normais”) e as sexualidades consideradas outras (práticas não heterossexuais: “os outros, a minoria, os não-normais”) (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Facchini *et al.*, 2020; Borba, 2014; Machado, 2014).

E perpassando esse contexto, no âmbito das ciências sociais emergiu a Teoria *Queer*³⁷ (“*Queer Theory*”), trazendo em seu constructo a compreensão e o pertencimento de outras práticas performáticas^{xxx1} que confrontam ou pelo menos questionam o caráter uníssono da cisheteronormatividade³ (Figura 2) (Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Louro, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Bento, 2017; Louro *et al.*, 2019; Butler, 2002; Louro, 2001).

Aprofundando, “*Queer*³⁷ pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (Louro, 2020, p. 38). Partindo dessa prática linguística paradoxal, que essencialmente degrada os sujeitos aos quais ela se refere, Butler (2002, p. 58) afirma que “*queer*³⁷ adquire todo seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” – afinal, não se nega e/ou se repudia o que não existe.

Nessa lógica, o pensamento *queer*³⁷ potencializa o rompimento da diminuta certeza do ser (corpos puramente biológicos) em detrimento da plasticidade e/ou historicidade do estar (corpos socialmente generificados), achincalhando, portanto, com os estáticos e já referidos apontamentos de normalidade, de naturalidade, de pecado e de patologização (Louro, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Louro *et al.*, 2019; Bento, 2017; Butler, 2002; Louro, 2001). Tal reflexão vai ao encontro da lendária frase de Simone de Beauvoir (2019, p.11): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

E foi alinhada aos preceitos *queer*³⁷ que Bento (2017, p. 7) evidenciou o importante papel de corpos transgressores e rompedores com a dicotomia masculino-feminino, uma vez que

[...] O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra na experiência transexual os seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o próprio corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com uma outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis construtivos da identidade também se liberam para comporem arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos.

Contudo, Lanz (2014, p. 14) ressaltou que

Mesmo hoje em dia, com tantas expedições já realizadas a esse vasto território, o que se sabe e o que se diz sobre ele ainda é objeto de muita lenda e grandes controvérsias. A transgeneridade, enquanto fenômeno sociológico, continua dominada por imensos ‘vazios conceituais’, sem contar que muito do que se diz está fortemente impregnado das marcas da perversão, do estigma, do cissexismo^{2,32} e da doença mental.

Complementando, e partindo deste processo de generificação dos corpos, Preciado (2017, p. 29) afirmou que “gênero é, antes de tudo, prostético,³⁸ ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico”. O autor ainda complementa que não apenas os gêneros, e também as sexualidades são prostéticas,³⁸ afinal, segundo ele (p. 26):

A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais.

Imbricado a essas reflexões que Preciado concebeu, através do *queer*,³⁷ a contrassexualidade, um movimento que reporta, em linhas gerais, a importância de se discutir sobre o poder dos desejos de outras tecnologias de gênero e sexuais, frequente e erroneamente descritas como desvios¹⁰ pelo sistema heterocentrado (Figura 2) (Augusto, Neira, 2021; Preciado, 2017).

E, de acordo com Preciado (2017, p. 27), para colocar isso em prática, ou seja, validar, reconhecer e, principalmente, respeitar todas as performatividades³¹ corpóreas LGBTQIA+, demanda-se

[...] sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições. Não se trata de substituir certos termos por outro. Não se trata nem mesmo de se desfazer das marcas de gênero ou das referências à heterossexualidade, mas sim de modificar as posições de enunciação. [...] Dessa maneira, por exemplo, sapatona passa de um insulto pronunciado pelos sujeitos heterossexuais para marcar as lésbicas como “abjetas”,³⁹ para se transformar, posteriormente, em uma autodenominação contestadora e produtiva de um grupo de “corpos abjetos”³⁹ que, pela primeira vez, tomam a palavra e reclamam sua própria identidade.

De tudo, é fundamental dizer que o *queer*³⁷ e o contrassexual (prostético³⁸) não negam ou antagonizam a cisheteronormatividade,³ pelo contrário, a complementam por meio do reconhecimento das múltiplas corporeidades LGBTQIA+, consecutivamente, demonstrando as incontáveis possibilidades no como se experienciar a vida (Figura 2) (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Louro, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Louro *et al.*, 2019; Bento, 2017; Butler, 2002; Louro, 2001).

Bucalizando⁴⁰ a corporeidade³⁰: contextualização das bocas-genital-generificadas⁴¹

Em conformidade com Botazzo (2006, p. 7), idealizador da “bucalidade”⁴⁰ (“uma teoria social da saúde, construída no campo da Saúde Coletiva, que encontra seu foco

nas relações sociais e nos conflitos a elas articulado”; “expressão dos trabalhos sociais que a boca humana realiza”), boca é corpo (Botazzo, 2013a; 2013b; 2006; 2000).

E essa corporeidade bucal dá-se pela intensa carga relacional que circunscreve e configura este espaço, uma vez que, segundo Botazzo (2013b, p. 9),

Entre todos os órgãos e regiões do corpo humano, a boca é seguramente o mais distinguido, o que mais realiza atividades sociais ou por meio do qual um sem-número de atividades ou ações sociais é realizado. Além disso, a boca humana possui um papel ímpar na formação do psiquismo (ou da subjetividade), bem como da identidade do indivíduo, e é parte relevante das estruturas corpóreas ligadas ao desejo.

Contudo, Kovalski *et al.* (2006, p. 99) evidenciam que

A compreensão dessa “boca social” tem muito a ser desenvolvida. A visão naturalizada do homem, que vários ramos da ciência reproduzem – entre eles a odontologia –, empobrece a compreensão de inúmeros eventos cotidianos e aparentemente simples, mas carentes de uma leitura articulada com teorias sociais.

E foi imerso a compreender os papéis sociais da boca que Botazzo (2013a, p. 290) descreveu suas inúmeras dimensões funcionais e simbólicas, sendo elas

[...] a um só tempo, produtos sociais e, por isso, dotados de historicidade, quer dizer, a boca humana é socialmente produzida e seus produtos – manducação⁴², erótica⁴³ e linguagem⁴⁴ – são igualmente produtos sociais. Por isso, se pode dizer que a boca não é órgão, mas território, e assim o suporte mais evidente de todo o corpo do homem na realização da sua vida.

Em suma, imbricado pelo referencial teórico explorado, a cavidade bucal deixa de ser um espaço puramente dentarizado e torna-se um território corpóreo continuamente construído e socialmente influenciado (Figura 2) (Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Botazzo, 2000).

E é justamente atravessado por esta corporeidade bucal – carregando na boca todas as objetividades e, principalmente, as subjetividades atreladas ao percurso da vida – que se salienta o papel dos trabalhos bucais (manducação,⁴² erótica⁴³ e linguagem⁴⁴) na concepção de produtos afetivo-amorosos, que consubstanciam neste óstio seu papel genital (“agente a ser penetrado e/ou de penetração”), que na práxis dinamiza-se de forma indissociável junto às expressões de gênero²⁵ dos corpos que a carregam (Figura 2) (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

Sim, a cavidade bucal é mucosa, portanto, um aparato “genital-generificado”⁴¹ sensorialmente prevalente nas práticas sexuais (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022;

Botazzo *et al.*, 2021). A boca se abre molhada (saliva é lubrificante) e, dotada de diferentes texturas e com sua língua inquieta, desliza-se no corpo do outro, celebrando genitalmente (sexo bucal) outros encontros: boca-peito (para além do “*Mammalia*”), boca-boca (múltiplas facetas dos beijos frequentemente acompanhados por um vocabulário obsceno, ou melhor, “palavrões contextualizados”), boca-pele (singelos beijos nas bochechas, respeitosos beijos na testa ou nas mãos, até atrevidos beijos e/ou mordiscadas que percorre toda a pele, arrepiando-a), boca-genitálias (pênis/felação; vaginal/“*cunnilingus*”) e boca-ânus (“beijos gregos/*anilingus*”) – caminhos esses que ampliam e provam que o território bucal apresenta diversas atividades e funções inerentes ao prazer de se experimentar a vida (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

Contudo, encerrando-se esta seção, mesmo diante de toda sua potência pulsátil e sensorial, e competente lugar para sentir e experimentar o mundo e o outro, será também a boca disciplinarizada⁵ pela hegemonia dos interesses sociopolítico-econômicos (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Kovaleski *et al.*, 2006; Botazzo, 2000).

Isto significa pensar que todos os trabalhos bucais, principalmente os afetivo-amorosos (“boca-genital-generificada”⁴¹), não são funções meramente fisiológicas, mas constituem práticas que ao longo da vida virão a ser objeto de regulação (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Kovaleski *et al.*, 2006; Botazzo, 2000).

Tal reflexão se alinha ao firmado por Botazzo (2006, p. 217) – “boca é corpo e é, como estrutura viva, dotada de capacidade nomativa” –, ou seja, sujeita aos interesses de uma sociedade capitalista alicerçada por uma hegemonia cisheteronormativa.

Bocas-genital-generificadas⁴¹ e as corporeidades³⁰ LGBTQIA+: da disciplinarização⁵ cisheteronormativa³ à emancipação das “prostéticas bocas-queer”⁴⁵

Ao nascimento, a boca humana é puro instinto: suga, baba, balbucia, sorri e se lambuza; e tão logo consiga, passará ela por um complexo processo de disciplinarização,⁵ tendo seus atos e sentimentos ininterruptamente guiados pelos mesmos discursos que conferem regulação e normalização aos sujeitos (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Kovaleski *et al.*, 2006; Botazzo, 2000). Assim, pode-se afirmar que a

cisheteronormatividade³ atinge as corporeidades que se perfazem na cavidade bucal (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Kovaleski *et al.*, 2006; Botazzo, 2000).

Afinal, em visão mais ampla, o consubstanciamento onto (origem)⁴⁶ e filogenético (evolução)⁴⁷ das relações patriarcais³⁵ de gênero no território bucal já se perfazem no amparo e no cuidado dos bebês, que já nos seios de suas mães não apenas vão experimentar, através da boca, o alimento, como também a percepção do mundo e a de si mesmos e, tão logo, tendo seus corpos disciplinarizados pelos ditames da cisheteronorma³ poderão explicitar corpórea e bucalmente a falocracia,⁴⁸ o androcentrismo⁴⁹ e a primazia do masculino (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Botazzo, 2000).

Nesse ensejo, de acordo com Elias (1994), a justificativa para que essa positividade corpórea tenha se estendido à boca deve-se ao surgimento de regras polidas para o convívio social, especialmente à mesa – assim, todos os corpos serão bucalmente⁴⁰ (como se fala, a forma de se mastigar, o controle das palavras e muitas outras atividades) cobrados (em especial as bocas femininas: mulheres devem falar baixo – além de terem suas palavras muito mais controladas – e mastigar de boca fechada) de comportamentos publicamente decentes.

São, portanto, sempre treinados ao longo da vida, afinal, “nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social” (Elias, 1994, p. 15). E esse processo de disciplinarização perfaz-se prévio ao nascimento ou da consciência da própria existencialidade, em que regras corpóreas e bucais são construídas, ditadas e compulsoriamente corporificadas (Kovaleski *et al.*, 2006).

Ademais, torna-se fundamental destacar o papel da Odontologia, afinal, conforme Kovaleski *et al.* (2006, p. 99):

Esse processo disciplinarizador conta, desde o final do século 19, com o auxílio da odontologia. Ela colabora neste processo quando situa sua prática num campo completamente acrítico e reprodutor dos interesses do capital, sem um compromisso efetivo com a saúde das pessoas e das coletividades. Chegamos ao auge da inversão: a boca que consome o mundo, agora deve ser consumida por uma área do saber (ou do mercado), materializada nas práticas profiláticas do dentista.

E assim, as ciências da saúde – sendo neste estudo evidenciada a Odontologia –, como instituições de poder que são, ganham papel central na validação do

caráter uníssono da cisheteronormatividade (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Botazzo, 2000).

Ponderação essa que vai ao encontro das reflexões de Gomes e Fantinel (2022, p. 2): “[...] o lugar do corpo que assume a autoria da pesquisa segue naturalizado pelo caminho do mito do pesquisador neutro, representado por uma compreensão da norma de quem observa como sendo sujeito masculino, branco, cis e heterossexual”. Os autores (2022, p. 2) ainda reverberam as consequências desse *modus operandi* científico: “[...] a naturalização do corpo pesquisador em torno de corpos, gêneros e sexualidades específicas também produz negligência quanto às relações entre diferentes corpos (não-)hegemônicos presentes em campo de pesquisa”.

Uma sistematização imbricada em diversas relações espúrias junto às corporeidades LGBTQIA+, frequentemente reduzidas e, até mesmo, invisibilizadas por apontamentos de normalidade, de naturalidade e, principalmente, de patologização (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Foucault, 2020; Butler, 2019a; Butler, 2019b; Santos *et al.*, 2021).

Logicidade essa duramente criticada por Canguilhem (2020), pois, segundo o estudioso, essa positividade, essencialmente adotada pelas ciências da saúde, apenas referenda uma variação quantitativa do que viria a ser normal, natural ou patológico – o que se torna inócuo frente a uma infinidade de possibilidades fisiológicas e contextuais. O autor ainda complementa que os referidos apontamentos são conceitos que partem de um tipo de ideal, portanto vagos, inalcançáveis e alheios ao processo, portanto histórico, de vida das pessoas (Canguilhem, 2020).

Contudo, a disciplinarização da compulsória cisheteronormatividade³ estende-se aos trabalhos bucais (manducação,⁴² erótica⁴³ e linguagem⁴⁴) da população LGBTQIA+ – policiamento que se coaduna com o firmado por Kovaleski *et al.* (2006, p. 99), “Coisas simples são tolhidas, limitadas, condicionadas, reprimidas, e a boca tornou-se alvo especial de repressão. Um centro de prazer e repressão”.

Daí, inerente à integralidade do ser LGBTQIA+, degradingam-se diversos prazeres bucais das referidas “bocas-genital-genirificadas”,⁴¹ sendo eles corporificados em um processo dicotomizador (binárias bocas-“endossexo-cis-heteronormativa”:⁵⁰ boca-masculina-homem e boca-feminina-mulher) que repulsa falas (efeminadas e/ou masculinizadas), linguagens (“*pajubá*”⁵¹), práticas sexuais, e se potencializam ainda mais quando nessa cavidade é materializada a transição ou rompimento com

as definições convencionais do binarismo⁶ masculino-feminino (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

E como se não bastasse a segregação social de seus trabalhos bucais, a boca é frequentemente local marcador das múltiplas agressões emocionais e/ou físicas sofridas por esse vulnerável²⁷ grupo populacional (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021). Violência, “LGBTQIA+fobia”,²⁶ que também carrega seus aspectos orofaciais, materializados através de prevalentes bocas silenciadas, lábios ensanguentados, por ossos faciais quebrados e por dentes perdidos (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Mendes, Silva, 2020; Pinto *et al.*, 2020; Efreim-Filho, 2016; Pimenta *et al.*, 2013).

Frente a esse duro contexto, facear novas possibilidades e permissividades corpóreas, trazer outras interpretações de desejos ganham apreço, o que se faz possível nos enfoques bucais trazidos nas reflexões de Botazzo (2006), afinal, segundo ele:

[...] Primeira autonomia de uma boca que se imagina genitália, o sexo dela mesma. [...] o desejo há de se dar como linguagem, a vontade e o prazer podem agora ser falados (Botazzo, 2006, p. 45).

[...] É possível imaginar que se manduca (e se engole) agora como era feito há milênios? Seria esse gozo da boca humana tão somente uma função desse modo condicionada? Esses movimentos, contudo, não param por aí. As coisas e as palavras, ou palavras que não têm muito a ver com as coisas. Um vocabulário se encarrega de desvelar outros novos usos. Chupar: ato de sugar alguma coisa. Mammalia, todos vão dizer. É, posso repetir, mamar: a sucção bucal é definidora deste gênero. Viscera com víscera; mucosa com mucosa; saliva com saliva: bocas entreverazes na manducação do mesmo e do outro. Chupar: sugar, sorver, extrair com a boca o suco de. A gramática nos revela outro tipo de gozo, outro trabalho bucal, outra forma de coordenação entre órgãos, os mesmos que antes (Botazzo, 2006, p. 56).

A partir de então, as bocas “genital-generificadas”,⁴¹ instintivamente questionadoras (“*Queer*”³⁷) e sagazes pela emancipação de suas tecnologias bucais (“prostéticas”³⁸) atreladas ao seus prazeres, tornaram-se “prostéticas bocas-queer”⁴⁵ – dotadas elas de suas “próteses bucossociais”,⁵² constituídas de material puramente humano e articuladas biopoliticamente através da materialização de seus desejos bucais, fundamentais no processo de composição e reconhecimento das identidades corpóreas do ser LGBTQIA+ (Figura 2) (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

Assim, neste trabalho emergem as plurais performances³¹ bucais, sendo elas: “boca-cis”, “boca-trans”, “boca-intersexo”, “boca-sapata/lésbica”, “boca-gay/viada”,

“boca-bissexual”, “boca-travesti/trava/travestigênera”,⁵³ “boca-assexuada”, “boca-transviada” e as ilimitadas possibilidades das “bocas-+/mais” (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021). Todas elas continuamente desafiadas a alcançarem e, principalmente, a serem reconhecidas em seus respectivos “lugares de fala”,⁵⁴ onde são bucalizados⁴⁰ (bucalmente dialogados), em interface com o empoderamento¹¹ de suas resilientes existências, suas especificidades, necessidades e demandas por políticas públicas de cuidado (Figura 2) (Almeida, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Mattos, 2021; Santos, 2019).

Políticas públicas de cuidado para “prostéticas bocas-*queer*”⁴⁵

As questões de gênero¹⁶ e sexualidade,¹⁹ em interface com o cuidado bucal, são pouco ou nem mesmo consideradas na prática clínica odontológica (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Varotto *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Raisin *et al.*, 2021). Inclusive, em cenário brasileiro, desde sua implementação, em 2004, as diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, PNSB (Brasil Sorridente) não fazem quaisquer referências às especificidades, necessidades e demandas para o cuidado da população LGBTQIA+ (Almeida, 2023; Brasil, 2004).

Uma incongruência que aguçava questões voltadas ao provimento, sob os preceitos da saúde bucal coletiva, de políticas públicas de cuidado voltadas para esse vulnerável²⁸ grupo populacional (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Varotto *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Ciasca *et al.*, 2021; Raisin *et al.*, 2021).

Ademais, segundo Almeida (2023, p. 20), o cuidado com o território bucal da população LGBTQIA+ deveria

[...] se iniciar, “da boca pra fora”, com um modelo de acolhimento que envolva, por parte dos profissionais da equipe de saúde bucal, o reconhecimento da identificação dos pacientes, que, além de ultrapassar a equivocada designação dicotômica de sexo (corpos endossexos¹⁴ e intersexos¹⁵), considere também a identidade de gênero (cis¹⁶ ou transgênero¹⁷), a sexualidade (alosexual⁵⁵ e assexual²³) e o nome social (expressão de gênero²⁵), retificado ou não por meio de certidões.

Tão logo, “da boca pra dentro”, o assistir odontológico passaria pela compreensão de que o percurso crônico de sofrimento existencial da população LGBTQIA+ impacta diretamente em fatores biopsicossocioculturais³⁶ (ansiedade, depressão, estresse de minorias, tabagismo, alcoolismo, drogadização, uso de antidepressivos, distúrbios alimentares e de autoimagem, xerostomia, qualidade de higiene bucal, acesso a serviços odontológicos, sexo bucal e violência) atrelados ao processo saúde-doença bucal, portanto aumentando o risco desses pacientes para doenças e/ou sequelas e/ou manifestações bucais (cárie, doenças pe-

riodontais, perdas e desgastes dentários, câncer de boca, disfunção temporomandibular, manifestações orais para infecções sexualmente transmissíveis e traumas orofaciais).

Uma perspectiva que vai ao encontro da definição universal de saúde bucal: “[...] é multifacetada e inclui a capacidade de falar, sorrir, cheirar, saborear, tocar, mastigar, engolir e transmitir uma série de emoções por meio de expressões faciais com confiança e sem dor, desconforto e doenças do complexo craniofacial” (Glick *et al.*, 2017, p. 229).

Considerações finais

Imbricado pelas premissas apresentadas nesta pesquisa, o território bucal, a partir de então, torna-se uma pista, ou melhor, um caminho para se compreender o percurso histórico-social das identidades LGBTQIA+. Afinal, boca é corpo, e como todas as demais formas da corporeidade, guiam-se pelas normatizações socialmente construídas com as quais são tecidas biopoliticamente as existências.⁵⁶

Referências

- ALMEIDA, L. E. de. *Território bucal da população LGBTQIA+: a Odontologia em interface com corpos socialmente estigmatizados e negligenciados*. Tese (Doutorado em Odontologia/Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação em Odontologia da Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1344029>>.
- ALMEIDA, L. E. de; OLIVEIRA, J. M. de; OLIVEIRA, V. de; MIALHE, F. L. Scientific production on LGBTQIA+ health: a critical analysis of the Literature. *Saúde Soc.*, v. 31, n. 4, p. e210836en, 2022. doi: 10.1590/S0104-12902022210836en.
- AUDEBERT, C.; JARDIM, D. F.; JOSEPH, H.; PINHO, O. Negritude e relações raciais: racismo e antirracismos no espaço atlântico. *Horiz. antropol.*, v. 28, n. 63, p. 7-37, 2022. doi: 10.1590/S0104-71832022000200001.
- AUGUSTO, C. N.; NEIRA, M. G. (Um) Currículo cultural contrassexual? Movimentos que possibilitam corpos em trânsito. *Rev Bras Ciênc Esporte*, v. 43, p. e002221, 2021. doi: 10.1590/rbce.43.e002221.
- AYRES, J. R.; CASTELLANOS, M. E. P.; BAPTISTA, T. W. de F. Entrevista com José Ricardo Ayres. *Saúde e Sociedade*, v. 27, n. 1, p. 51-60, 2018. doi: 10.1590/S0104-12902018000002.
- BARBOSA, L. B. A.; MOTTA, A. L. C.; RESCK, Z. M. R. Os paradigmas da modernidade e pós-modernidade e o processo de cuidar na enfermagem. *Enfermería Global*, v. 14, n. 1, p. 342-349, 2015. doi: 10.6018/eglobal.14.1.193101.

- BARBOSA, R. H. S. A 'teoria da práxis': retomando o referencial marxista para o enfrentamento do capitalismo no campo da saúde. *Trab. Educ. Saúde*, v. 8, n. 1, p. 9-26, 2010. doi: 10.1590/S1981-77462010000100002.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo, v. 2: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Editora Devires, 2017.
- BEZERRA, M. V. da R.; MORENO, C. A.; PRADO, N. M. de B. L.; SANTOS, A. M. dos. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. *Saúde debate*, v. 43, n. 7, p. 305-323, 2019. doi: 10.1590/0103-11042019S822.
- BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos pagu*, n. 43, p. 441-474, 2014. doi: 10.1590/0104-8333201400430441.
- BOTAZZO, C. *Diálogos sobre a boca*. São Paulo: Hucitec Editora, 2013a.
- BOTAZZO, C. Bucalidade. *Pro-odonto prevenção*, v. 6, n. 4, p. 9-55, 2013b.
- BOTAZZO, C. *Da arte dentária*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.
- BOTAZZO, C.; MOTA, R.; ALMEIDA, L. E. de; KAMEOKA, E. *Bocas e outras milongas: seminários autopoéticos - Boca e o sexo que eu amo: contradições e tabus em torno da Boca*, Youtube, 24 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CkAE1E-fz9Y>>.
- BOTAZZO, C. Sobre a bucalidade: notas para a pesquisa e contribuição ao debate. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 17, p. 7-17, 2006. doi: 10.1590/S1413-81232006000100002.
- BOTAZZO, C.; CANAVESE, D.; ALMEIDA, L. E.; MOTA, R.; MORETTI, R.; WARMLING, C.; NETTO, O. *Diversidade & Bucalidade*, Youtube, 23 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=35p0b4cec9k&t=16s>>.
- BRANCALEONI, A. P. L.; KUPERMANN, D. “No ar” e nas ruas: Pajubá e humor entre travestis do interior de São Paulo. *Psic. Clin.*, v. 33, n. 1, p. 57-77, 2021. doi: 10.33208/PC1980-5438v0033n01A03.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. *Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal*. Brasília: MS, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnsb/diretrizes_da_politica_nacional_de_saude_bucal.pdf>.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo, SP: n-1 edições/Crocodilo edições, 2019a.
- BUTLER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R. M. M. *Sexualidades transgresoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária Editorial, 2002, p. 55-81.

- BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade. *Texto Contexto Enferm*, v. 27, n. 2, p. e3770017, 2018. doi: 10.1590/0104-07072018003770017.
- CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Representações sociais do sexo e gênero entre pessoas trans. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 70, n. 6, p. 1305-1313, 2017. doi: 10.1590/0034-7167-2016-0581.
- CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES-JUNIOR, A. *Saúde LGBTQIA+*: Práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.
- COLLING, L. *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas psicol.*, v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. doi: 10.9788/TP2015.3-15.
- DECS/MeSH. Descritores em Ciências da Saúde. *Minorias sexuais e de gênero*. DECS/MeSH, 2017. Disponível em: <https://decs.bvsalud.org/ths/resource/?id=56859&filter=ths_termall&q=LGBT>. Acesso em: 9 dez. 2021
- EFREM-FILHO, R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cad. Pagu*, v. 46, p. 311-340, 2016. doi: 10.1590/18094449201600460311.
- ELIAS, N. *O processo civilizador, v. 1: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.
- FACCHINI, R.; CARMO, I. N. do; LIMA, S. P. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educ. Soc.*, v. 41, p. e230408, 2020. doi: 10.1590/ES.230408.
- FERREIRA, G. G.; AUINSKY, B. G. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. *Rev. Katálysis*, v. 16, n. 2, p. 223-232, 2013. doi: 10.1590/S1414-49802013000200008.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: v. I (A vontade de saber), II (O uso dos prazeres), III (As confissões da carne) e IV (O cuidado de si)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FRACCARO, G. C. C. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). *Estudos Históricos*, v. 31, n. 63, p. 7-26, 2018. doi: 10.1590/S2178-14942018000100002.
- FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. de O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016. doi: 10.5020/23590777.16.3.34-44.

GLICK, M.; WILLIAMS, D. M.; KEINMANN, D. V.; VUJICIC, M.; WATT, R. G.; WEYANT, R. J. A new definition for oral health developed by the FDI World Dental Federation opens the door to a universal definition of oral health. *Am J Orthod Dentofacial Orthop.*, v. 151, n. 2, p. 229-231, 2017. doi: 10.1016/j.ajodo.2016.11.010.

GOMES, A. M.; REIS, A. F.; KURASHIGE, K. D. A violência e o preconceito: as formas da agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. *Cad Espaço Fem.*, v. 26, n. 2, p. 30-43, 2013.

GOMES, R.; FANTINEL, L. D. Gênero-corpo-sexualidade no espacializar: produzindo corpos-em-campo na pesquisa. *FGV EAESP ERA*, v. 62, n. 4, p. e2021-0054, 2022. doi: 10.1590/S0034-759020220407.

JOÃO, R. B. Corporeality and epistemology of complexity: through an experiential educational practice. *Educ. Pesqui.*, v. 45, p. e193169, 2019. doi: 10.1590/S1678-4634201945193169.

KLEBA, M. E.; WANDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc.*, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. doi: 10.1590/S0104-12902009000400016.

KOVALESKI, D. F.; FREITAS, S. F. T. de; BOTAZZO, C. Disciplinarização da boca, a autonomia do indivíduo na sociedade do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 1, p.97-103, 2006. doi: 10.1590/S1413-81232006000100017.

LANZ, L. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf>>.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. doi: 10.1590/S0104-026X2001000200012.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LOURO, G. L.; WEEKS, J.; BRITZMAN, D.; HOOKS, B.; PARKER, R.; BUTLER, J. *O corpo educado – Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUCCA, P. R.; PASSAMANI, G. R. O binarismo à deriva: as sexualidades performáticas de “Gêneros incríveis”. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 3, p. e53658, 2018. doi: 10.1590/1806-9584-2018v26n353658.

MACHADO, L. Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cadernos pagu*, n. 42, p. 13-46, 2014. doi: 10.1590/0104-8333201400420013.

MARINHO, S. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. *R. Katál.*, v. 21, n. 3, p. 602-610, 2018. doi: 10.1590/1982-02592018v21n3p602.

- MATTOS, M. B. O “lugar de fala” e as “falas do lugar” na enunciação literária: o dilema pós-colonial. *Literatura: teoria, história, crítica*, v. 23, n. 1, p. 161-184, 2021. doi: 10.15446/lthc.v23n1.90598.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 Edição, 2018.
- MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. da. Homicide of Lesbians, Gays, Bisexuals, Travestis, Transexuals, and Transgender people (LGBT) in Brazil: a Spatial Analysis. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020. doi: 10.1590/1413-81232020255.33672019.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000. Disponível em: <<https://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012133176826a1035842e1211face999/setesaberesmorin.pdf.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2023.
- OLIVA, J. T.; FONSECA, F. P. A tripla transformação da vida humana. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, n. 84, p. 239-247, 2023. doi: 10.11606/issn.2316-901X.v1i84p239-247.
- PACHECO, E. M.; DIAS, M. T. G. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocessos. *Serv. Soc. Soc.*, v. 146, n. 1, p. 263-283, 2023. doi: 10.1590/0101-6628.313.
- PIMENTA, R. M. C.; MATOS, F. R. R. O.; SILVA, M. L. C. A. da; RODRIGUES, A. A. A. de O.; MARQUES, J. A. M.; M., J. de O. Levantamento de lesões na região bucomaxilofacial em vítimas de violência periciadas no Instituto Médico Legal (IML) de Feira de Santana-BA, entre 2007 e 2009. *Arg. Odontol.*, v. 49, n. 4, p. 154-161, 2013. doi: 10.7308/aodontol/2013.49.4.01.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. doi: 10.1590/S0104-44782010000200003.
- PINTO, I. V.; ANDRADE, S. S. de A.; RODRIGUES, L. L.; SANTOS, M. A. S.; MARINHO, M. M. A.; BENÍCIO, L. A.; CORREIA, R. S. de B.; POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Profile of notification of violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual people recorded in the National Information System on Notifiable Diseases, Brazil, 2015-2017. *Rev. Bras. Epidemiol.*, v. 23, supl. 1, p. e200006, 2020. doi: 10.1590/1980-549720200006.supl.1.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual - Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- RAISIN, J. A; ADKINS, D.; SCHWARTZ, S. B. Understanding and Caring for LGBTQD Youth by the Oral Health Care Provider. *Dent Clin North Am.*, v. 65, n. 4, p. 705-717, 2021. doi: 10.1016/j.cden.2021.06.007.
- ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. *PETFILO – UFPR*, v. 18, n. 3, p. 59-103, 2020. doi: 10.5380/petfilo.v18i2.68171.
- SANTOS, A. M. dos; CARMO, E. M.; MAGNO, L.; PRADO, N. M. de B. L. *População LGBTQ+: demandas e necessidades para a produção do cuidado*. Salvador: EDUFBA, 2021.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? *Saúde Debate*, v. 43, n. 8, p. 360-362, 2019. doi: 10.1590/0103-11042019S826.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

VAROTTO, B. L. R.; MASSUDA, M.; NÁPOLE, R. de C. D'O.; ANTEQUERA, R. LGBTQIA+ population: access to dental treatment and preparation of the dental surgeon – an integrative review. *Revista da ABENO*, v. 22, n. 2, p. e1542, 2022. doi: 10.30979/revabeno.v22i2.1542.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.*, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. doi: 10.1590/s1517-97022015031914.

Notas

¹ Machismo: comportamento que rejeita a igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres. Enaltecimento do sexo masculino em detrimento da desqualificação do sexo feminino. Assim, a pessoa machista é aquela que acredita na inferioridade física, cultural e intelectual das mulheres (Ciasca *et al.*, 2021).

² Cissexismo ou cisnormatividade: modelo sociopolítico-econômico e cultural que desconsidera na sociedade a existência de pessoas que transitam ou rompem com o binarismo do sexo masculino ou feminino (Ciasca *et al.*, 2021).

³ Cisheteronormatividade: modelo sociopolítico-econômico e cultural que preconiza como norma, ou seja, natural, não-pecaminoso e saudável, corpos cisgêneros e heterossexuais (Ciasca *et al.*, 2021). É desta perspectiva que se consubstancia a supremacia (biopoder) de corpos brancos, masculinos, cisgêneros e heterossexuais (Foucault, 2020).

⁴ Paradigma: “Um paradigma concebe um padrão a ser seguido no campo social ou científico; assim, em uma mesma comunidade científica, os paradigmas expressam as crenças, os valores e as técnicas partilhadas por seus membros e são influenciados por fatores culturais, políticos, econômicos e sociais. De uma forma mais genérica, o termo paradigma é usado como referência à forma como percebemos e atuamos no mundo” (Barbosa *et al.*, 2015, p. 342).

⁵ Disciplinarizador: “processo de disciplinarização dos corpos para uma adequação ao capitalismo” (Kovaleski *et al.*, 2006, p. 97).

⁶ Binarismo sexual ou binariedade: uma limitada perspectiva que dicotomiza os papéis sociais dos seres humanos em categorias masculinas/homem/macho e femininas/mulher/fêmea. Estas que são definidas no nascimento do sujeito e que produz a partir daí um corpo (Lucca; Passamani, 2018).

⁷ Minorias sexuais e de gênero: “Indivíduos incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo, pessoas com gênero em não-conformidade, e outras populações cuja orientação sexual ou identidade de gênero e o desenvolvimento reprodutivo são considerados fora das normas culturais, sociais ou fisiológicas” (DECS/MeSH, 2017).

⁸ “A abjeção (do latim, ab-jectio) significa jogar fora, excluir. A noção de abjeção, ao contrário, designa uma condição degradada ou excluída dentro dos termos da sociabilidade. Em realidade, o foracluído (ou repudiado, dentro dos termos psicanalíticos) é precisamente o que não pode voltar a entrar no campo do social sem provocar a ameaça de psicose, quer dizer, de dissolução do sujeito mesmo. A sentença ‘prefiro morrer a fazer tal coisa’ seria o fantasma dessa dissolução atuando no sujeito” (Bento, 2021, p. 166).

⁹ Pode assumir, sob perspectiva “foucaultiana”, duas formas: “uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população. A primeira refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade” (Furtado; Camilo, 2016, p. 34).

¹⁰ Dissidência: quando entendida como caminho único para se percorrer a vida, a cisheteronormatividade deve ser considerada como um regime autoritário/totalitário. Assim, aqueles que não estão “alinhados” ou não se encontram dentro dos padrões de “normalidade” – corpos não brancos-masculinos-cisgêneros-heterossexuais – são descritos como indivíduos dissidentes (Colling, 2016).

¹¹ Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização da política (Kleba; Wendausen, 2009).

¹² Biopoder assume duas formas: “uma anátomo-política do corpo e uma biopolítica da população. A primeira refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade” (Furtado; Camilo, 2016, p. 34).

¹³ “Sexo biológico: classificado de acordo com a anatomia, os cromossomos e os hormônios” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

¹⁴ “Endossexo é um termo mais recente utilizado pelos movimentos sociais para pessoas cujas características corporais (cromossomos, gônadas e genitália) se enquadram nas convenções de sexo ‘masculino’ ou ‘feminino’” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 13).

¹⁵ “Intersexo é um termo usado para uma variedade de condições em que uma pessoa nasce como uma anatomia sexual e/ou reprodutiva que não se enquadra nas definições típicas e binárias de sexo masculino ou feminino” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 13).

¹⁶ “Gênero: estrutura social e construção histórica do que é ser homem/masculino ou mulher/feminino nas diferentes épocas e sociedades” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

¹⁷ “Cisgênero (cis): pessoa que se identifica com o gênero designado ao nascimento” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

¹⁸ “Transgênero (trans): pessoa que não se identifica com o gênero designado ao nascimento. É um termo guarda-chuva que engloba várias identidades: homens e mulheres transexuais, pessoas não binárias, travestis e outras” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

¹⁹ Sexualidade/“Orientação afetivo-sexual: refere-se à atração/desejo (ou não) física, afetiva/romântica ou emocional por outras pessoas” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

²⁰ “Heterossexual é uma pessoa que sente atração por um gênero “diferente” do seu (não se deve utilizar gênero ou sexo ‘oposto’, porque gêneros não são necessariamente binários)” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 15).

- ²¹ “Homossexuais sentem atração por pessoas do mesmo gênero” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 15).
- ²² “Bissexuais são pessoas que sentem atração por mais de um gênero” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 15).
- ²³ “Assexuais são pessoas que estão em um espectro de sentirem pouca ou nenhuma atração/desejo sexual por pessoas, apesar de poderem ter resposta a estímulos sexuais. A concepção da atração sexual como capacidade tem sido criticada, pois pessoas assexuais poderiam ser consideradas pessoas com deficiência, pois não teriam atração/capacidade por outras pessoas” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 15).
- ²⁴ Outras/mais/+: “São pessoas que sentem atração por pessoas independentemente do gênero” (Ciasca *et al.*, 2021, p. 15).
- ²⁵ “Expressão de gênero: forma como a pessoa deseja se expressar, em um determinado momento e contexto, em relação aos padrões sociais de gênero. Abrange imagem corporal, roupas, adornos e gestos. Não necessariamente está de acordo com os padrões de gênero e pode ser fluida” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).
- ²⁶ “LGBTQIA+fobia: medo, preconceito, discriminação, pensamentos negativos, violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXV).
- ²⁷ A vulnerabilidade da população LGBTQIA+ deve ser compreendida como uma condição socialmente criada e/ou imposta (Almeida *et al.*, 2022). Ademais, “uma das características constitutivas do quadro conceitual da vulnerabilidade é justamente ser dinâmico, não ser uma estrutura conceitual que cristaliza a realidade, mas basear-se no pressuposto de que a ciência e a técnica só podem ser entendidas como parte de processos de trabalho” ou seja, “parte do movimento social e político, com todas as suas forças atuando, inclusive, muitas vezes, [de formas] contraditórias” (Ayres; Castellanos; Baptista, 2018).
- ²⁸ “Passabilidade: é a possibilidade de uma pessoa ser socialmente reconhecida como membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIV).
- ²⁹ “O materialismo histórico-dialético investiga como transcorre o desenvolvimento da sociedade e do processo histórico através do regime social. Nesse sentido, o materialismo histórico necessariamente entrelaça-se com as questões específicas, fornecendo elementos (indicadores) científicos para seu estudo e investigação” (Pacheco; Dias, 2023, p. 267).
- ³⁰ “[...] compreender o ser humano em quatro dimensões indissociáveis: físico-motora, afetiva-relacional, mental-cognitiva e sócio-histórico-cultural” (João, 2019, p. 1).
- ³¹ Quando uma identidade corpórea conquista a compreensão da linguagem, que funciona como uma ação social voltada para a percepção de outras formas de se experienciar a vida que não a cisheteronorma (Butler, 2019a; Butler, 2019b; Borba, 2014).
- ³² “[...] normas sociais que estabelecem diferenças de valoração e expectativas entre os gêneros. Normalmente se vinculam à perspectiva binária cisgênero (cissexismo) e desvalorizam aqueles atributos considerados femininos (sexismo)” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIV).
- ³³ Sentimento de repulsa, aversão e ódio contra um indivíduo por ser mulher (Ciasca *et al.*, 2021).
- ³⁴ Preconceito, discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pardas e pretas (Audebert *et al.*, 2022).
- ³⁵ Sistema social em que homens mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. No domínio da família, o pai mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças (Marinho, 2018).
- ³⁶ Perceber o ser humano, em sua complexidade (vida, linguagem, sociedade e aspectos culturais) e sua interligação com o mundo (Oliva; Fonseca, 2023; Almeida *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Morin, 2000).

³⁷ “A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (Louro, 2001, p. 550).

³⁸ Faz alusão ao gênero e à sexualidade serem tecnologias sociopolíticas utilizadas para se construírem organicamente corpos sexuais (Augusto; Neira, 2021; Preciado, 2017).

³⁹ “A abjeção (do latim, *ab-jectio*) significa jogar fora, excluir. A noção de abjeção, ao contrário, designa uma condição degradada ou excluída dentro dos termos da sociabilidade. Em realidade, o foracluído (ou repudiado, dentro dos termos psicanalíticos) é precisamente o que não pode voltar a entrar no campo do social sem provocar a ameaça de psicose, quer dizer, de dissolução do sujeito mesmo. A sentença ‘prefiro morrer a fazer tal coisa’ seria o fantasma dessa dissolução atuando no sujeito” (Bento, 2021, p. 166).

⁴⁰ Compreender a partir da boca, que sob a perspectiva da “bucalidade” (arcabouço teórico que traz em seu escopo o entendimento da boca como corpo) deixa de ser apenas um espaço dentarizado e ganha concepção de um território corpóreo biopsicossociocultural³⁵ onde são bucalmente consubstanciadas todas ações e atividades da vida humana – em síntese: tornar, mesmo para aqueles que não têm nada a ver, um assunto mais palatável, ou seja, bucalmente acessível à compreensão (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021; Botazzo, 2013a; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2006; Botazzo 2000; Kovaleski *et al.*, 2006).

⁴¹ Boca é corpo; portanto, nela também estão imbricados os inúmeros arranjos performáticos³⁰ entre sexo, gênero e sexualidade (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

⁴² “[...] manducar, isto é, apreender, triturar, insalivar e deglutir, é consumo do mundo, a ação que põe em relação às estruturas visíveis localizadas na parte superior do aparelho digestório com as vísceras não-visíveis localizadas mais abaixo, e tudo isto garante a sobrevivência do homem naquilo que ele tem de natureza, a preservação ou reposição dos elementos que constituem sua unidade corpórea. [...] É, pois, como cultura, que a satisfação e o gozo bucais esbarram na razão e no desejo: frequentemente comemos o que não devemos ou o que certa racionalidade recomenda, ou mais ou menos ou, ainda, não do modo como devíamos, de sorte que tudo isto resulta atravessado pelo psiquismo o que põe o sujeito em conflito consigo e com os outros. [...] Por isso, sem que haja dispositivos reguladores, a manducação pode tornar-se deletéria para o próprio homem” (Botazzo, 2006, p. 13-14).

⁴³ “[...] na relação amorosa produzimos atos bucais sexuais, a retomada da função genital primordial, o consumo e o deleite com o corpo do outro (agora consentido), e resulta igualmente outra vez o conflito entre razão e emoção (porque não raro esta boca fará o que não devia ou não do modo recomendado etc.)” (Botazzo, 2006, p. 13-14).

⁴⁴ “Produzimos palavras e as consumimos; somos obrigados a pensar naquilo que falamos, e não raro dizemos o que não queríamos dizer; também a palavra exagerada ou equivocada pode revelar-se deletéria” (Botazzo, 2006, p. 13-14).

⁴⁵ Alicerçado pelas concepções do queer³⁶ (Teoria *Queer*, Butler) e do prostético³⁷ (Contrassexual, Preciado), as “prostéticas bocas-*queer*” referendam o potencial dos trabalhos bucais (manducação⁴¹, erótica⁴² e linguagem⁴³) para além da cisheteronormatividade. A partir de então, a boca tem papel *sine qua non* nas inúmeras performances³⁰ corpóreas²⁹ LGBTQIA+ (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

⁴⁶ Ontogênese/ontogenia: processo evolutivo acerca das alterações biológicas sofridas pelo indivíduo, desde o nascimento, até seu desenvolvimento final (Almeida 2023; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2000).

⁴⁷ Filogenético/filogenésico/filogênico: refere-se à filogenia, à história da evolução das espécies, nomeadamente à história genealógica de uma espécie, destacando suas relações de ancestrais e descendentes (Almeida, 2023; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2000).

⁴⁸ Ideologia cuja base se sustenta na premissa básica de que o poder político/econômico, em diversos âmbitos, deva ser exercido somente por homens biológicos – corpos com pênis (Almeida, 2023; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2000).

⁴⁹ O masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros (Almeida 2023; Botazzo, 2013b; Botazzo, 2000).

⁵⁰ “Norma social que valoriza e considera como única possibilidade aceitável a existência endossexo, cis-gênero e heterossexual e que exclui e marginaliza aquelas pessoas que não seguem essa norma” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIV).

⁵¹ “Pajubá – dialeto utilizado, inicialmente, entre travestis e, posteriormente, apropriado também por outros grupos do universo LGBTQTT+” (Brancaleoni; Kupermann, 2021, p. 59).

⁵² Análogo ao “protético”,³⁷ remete às tecnologias bucais utilizadas para se construir organicamente corpos generificados (Almeida, 2023; Botazzo *et al.*, 2022; Botazzo *et al.*, 2021).

⁵³ “Travestigênera: neologismo que propõe substituir o termo *transgênero* e ser mais inclusivo, por fundir as palavras transexual e travesti, além de terminar de forma neutra em alusão às pessoas não binárias” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIV).

⁵⁴ Lugar de fala: “tem sido amplamente utilizado pelos movimentos sociais como delimitação da experiência do sujeito da enunciação enquanto produtora de sentidos” (Mattos, 2021, p. 170). “Possibilita um olhar sobre as experiências dos corpos subalternizados valorizando o lugar comum, compreendido como *locus* social que atravessa as experiências coletivizadas desses corpos” (Santos, 2019, p. 361).

⁵⁵ “Pessoa que sente atração e desejo sexual por outras pessoas” (Ciasca *et al.*, 2021, p. XXXIII).

⁵⁶ L. E. de Almeida, V. de Oliveira, C. Botazzo e F. L. Mialhe: elaboração do manuscrito, concepção, delineamento e discussão dos resultados; redação, revisão crítica e aprovação final do conteúdo.

Abstract

The corporeities of LGBTQIA+ identities from the oral territory: the prosthetic queer-mouths

This study, a theoretical essay, aimed to analyze the role and potential of the oral cavity in the corporeal plurality of LGBTQIA+ identities. Thus, dialectically guided, two oral pathways were evidenced: the first disciplined by the precepts of a Christian, sexist, and cissexist hegemony; the other questioning the unison character of cisheteronormativity. Finally, based on the premises presented, the oral territory, from then on, becomes a possible way to understand the historical-social path of LGBTQIA+ identities – after all, the mouth is body, like all other forms of corporeality, guided by socially constructed norms which we weave our existence.

► **Keywords:** Life. LGBTQIA+. Mouth. Social Construction of Gender.

